

Relatório da Audiência n.º [105-COFAP-XII](#)

Dia: 11 de novembro de 2013

ENTIDADE: Comissão de Trabalhadores da Fidelidade Companhia de Seguros

ASSUNTO: Proposta de Lei n.º 178/XII que aprova o Orçamento do Estado para 2014

Recebida pelos Senhores Deputados:

- Fernando Virgílio Macedo (PSD), Vice-Presidente da Comissão
- Conceição Bessa Ruão (PSD)
- Catarina Marcelino (PS)
- Artur Rêgo (CDS-PP)
- Jorge Machado (PCP).

Síntese dos Temas Abordados:

A audiência decorreu no âmbito da apreciação, na especialidade, da [Proposta de Lei n.º 178/XII/3.ª \(GOV\)](#) – Aprova o Orçamento do Estado para 2014.

Sobre a proposta de lei em apreciação, a delegação da Comissão de Trabalhadores deu conta das suas preocupações com as medidas previstas em sede do Orçamento do Estado para 2014, acrescidas pelas normas constantes do [Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro](#), que estabelece os princípios e regras aplicáveis ao sector público empresarial, incluindo as bases gerais do estatuto das empresas públicas. Em particular, sublinharam as diferenças verificadas entre a Fidelidade e o resto do Grupo CGD, a redução do subsídio de refeição (que durante anos acomodou a inexistência de aumentos salariais) e da remuneração do trabalho suplementar, recordando o acordo coletivo de trabalho em vigor, e que deve prevalecer. Enfim, recordaram serem uma empresa pública lucrativa.

Em sede de debate, começou por usar da palavra a Senhora Deputada Catarina Marcelino (PS), que subscreveu as preocupações apresentadas, sublinhando o corte relativamente superior nos menores salários, e considerando que os sucessivos cortes de remunerações desvalorizam o fator trabalho.

A Senhora Deputada Conceição Bessa Ruão (PSD) indagou sobre o montante do subsídio de refeição e indagou sobre a aplicabilidade de portarias de extensão.

O Senhor Deputado Artur Rego (CDS-PP) recordou as dificuldades financeiras do país, defendendo a contratação coletiva, ainda que as portarias de extensão tenham as suas limitações.

O Senhor Deputado Jorge Machado (PCP) deu conta do pedido de apreciação parlamentar do Decreto-Lei n.º 133/2013, apresentado pelo PCP, sublinhando a defesa da contratação coletiva e o respeito pela vontade das partes.

A Comissão de Trabalhadores da Fidelidade agradeceu os comentários dos Senhores Deputados, tendo reiterado as preocupações apresentadas.

Diversa informação sobre a audiência, nomeadamente a documentação entregue, pode ser consultada na [página da Comissão](#).

Palácio de São Bento, 11 de novembro de 2013

O Vice-Presidente da Comissão
Fernando Virgílio Macedo